

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano LXXVI • Nº 04

Poder Judiciário

Recife, quinta-feira, 7 de janeiro de 1999

TJPE vai ampliar abertura para a sociedade e melhoria de serviços

Sérgio Marcos

A conclusão das obras do novo Fórum do Recife, a informatização de todas as Comarcas e a implantação da Ouvidoria Judiciária são os principais objetivos estabelecidos pelo Tribunal de Justiça para 1999. "Esses três projetos constituem a base para se chegar a duas maiores e mais importantes metas, que são a melhoria da prestação de serviços e a abertura do Judiciário para a sociedade", esclarece Acácio Carvalho, diretor adjunto do Planejamento e Organização.

do aqueles projetos. Seu terreno espaçoso e em localização privilegiada, com acesso viário rápido, beneficiará tanto ao portador de carro próprio, dispondo de amplo estacionamento, quanto ao usuário de ônibus de quase todos os bairros do Grande Recife.

Projetado para abrigar 83 varas, Corregedoria, biblioteca, auditório e dois tribunais de júri, o edifício do novo Fórum terá como principal mérito a melhoria da prestação dos serviços da Comarca da Capital, unificando os trabalhos num mesmo local. Contudo, o projeto arquitetônico adotado, mesclando o clássico da tradição arquitetônica da Grécia Antiga com

o que existe de mais moderno em tecnologia, fará também do novo Fórum mais um monumento na paisagem do Recife.

Além de melhorar a qualidade dos serviços, a Presidência do TJPE também está empenhada em promover uma abertura deste Poder à sociedade. Nesse sentido, a implantação da Ouvidoria Judiciária, aprovada pelo Tribunal Pleno em setembro passado, constitui outro importante objetivo. A iniciativa da Ouvidoria visa dar maior transparência aos serviços da Justiça, diminuindo, ao mesmo tempo, a distância entre a sociedade e este Poder. Através dela o cidadão que se sente

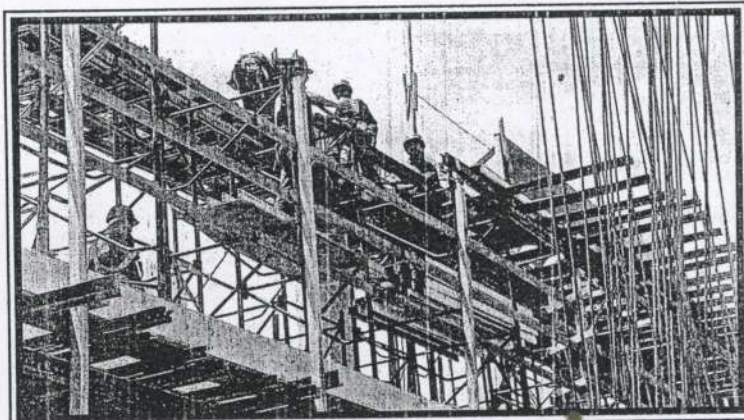


Foto: Assis Lima

Em construção, o Fórum do Recife é considerado o mais ousado dos projetos do Judiciário

de algum modo prejudicado por ineficiência dentro do Judiciário estadual poderá externar sua insatisfação e buscar soluções. A Justiça pernambucana é a primeira no Brasil a aplicar essa experiência.

No processo de informatização da Justiça estadual, iniciado desde os primeiros dias da atual gestão, com a gradativa instalação de computadores nas diversas Comarcas, está prevista a implantação do

Judwin. Esse sistema de controle processual permitirá às partes interessadas o acompanhamento de qualquer processo, em qualquer Comarca, do Interior à Capital, sem que para isso precise sair de casa.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mírio Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guenes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asim@tjpe.br

TJPE registra saldo positivo em 98

Foto: Assis Lima



Para Acácio Carvalho, o saldo foi positivo devido a iniciativas como o Projeto Agenda Livre, a aprovação da Ouvidoria e a campanha publicitária que informa a sociedade sobre seus direitos e deveres

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) encerrou 1998 com pelo menos 70% das metas estabelecidas alcançadas. A conclusão, apresentada por Acácio Carvalho, coordenador adjunto de Planejamento e Organização, é baseada em avaliação de secretários e diretores dos diversos departamentos que integram a estrutura administrativa do TJPE. Realizada em novembro passado, a

análise leva em consideração as metas alcançadas a partir dos cinco objetivos específicos previstos pelo Plano de Gestão para o

biênio 1998/2000. O item moralização, que prevê a máxima fiscalização das atividades do Judiciário, no sentido de impedir ações que firam a ética, com 82% das metas alcançadas, e o item abertura para a sociedade, com 74% de realizações, foram os que atingiram maiores índices. Em ordem decrescente

seguem os que prevêem a melhoria da infraestrutura (74%), valorização profissional (61%) e melhoria da prestação de serviços (56%). A melhoria da prestação de serviços pode ser traduzida na constante busca de agilidade e qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. O baixo rendimento alcançado neste item se deve principalmente à não informatização do 1º Grau dentro prazo previsto, que era até o final de 98. "Foi uma previsão otimista, mas impossibilitada diante da complexidade do sistema que está sendo adotado, que é o Judwin. O processo de implantação continua em andamento. Em maio já terá sido implantado na Capital", prevê Edmundo Godoy de Mendonça, diretor de Informática do TJPE. Ainda segundo Mendonça, a implantação do Judwin, até o final do ano, resultará numa economia de quase metade do tempo dos funcionários do Judiciário. "No Tribunal de Justiça de Santa Catarina, hoje totalmente informatizado, uma pesquisa revelou que, antes da informatização, os servidores perdiam 40% do seu tempo nos balcões, atendendo usuários em busca de informações sobre processos", disse ele. S.M.